



2019

Balanço da atuação da
Bancada do PSOL na Câmara

Liderança do PSOL

Câmara dos Deputados

19/12/2019

Sumário

1. BALANÇO POLÍTICO DA ATUAÇÃO DA BANCADA DO PSOL E DA LIDERANÇA	3
1.1 Introdução.....	3
1.2 Governo Bolsonaro e sua Relação com o Parlamento	3
1.3 A Oposição e Nossa Relação.....	4
1.4 Bancada Unida como Regra	5
2. BALANÇO DA ÁREA TÉCNICA.....	5
2.1 Dados e Análises.....	6
3. ATUAÇÃO POR ÁREA TEMÁTICA.....	10
3.1 ÁREA ECONÔMICA.....	10
I. O eixo central da agenda econômica do governo Bolsonaro em 2019	10
II. A atuação da assessoria técnica frente aos principais ataques do governo Bolsonaro e seus aliados na pauta econômica.....	11
III. Principais propostas legislativas elaboradas pela equipe econômica.....	12
3.2 COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E CIDADANIA	13
3.3 SOCIOAMBIENTAL	17
3.4 POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	19
3.5 SEGURANÇA PÚBLICA.....	21
3.6 DIREITOS DAS MULHERES	24
3.7 DIREITOS LGBTI+	26
3.8 EDUCAÇÃO	29
3.9 CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	31
3.10 CULTURA	32
3.11 AÇÕES JUDICIAIS E REPRESENTAÇÕES	33
I. Demais Ações Judiciais	34
II. REPRESENTAÇÕES.....	35

BALANÇO DA ATUAÇÃO DA BANCADA DO PSOL NO PRIMEIRO ANO DO GOVERNO BOLSONARO

1. BALANÇO POLÍTICO DA ATUAÇÃO DA BANCADA DO PSOL E DA LIDERANÇA

1.1 Introdução

Fazer um balanço das atividades da bancada e da sua liderança não é possível sem uma contextualização. No início do ano tínhamos dois grandes desafios. De um lado, seria atuar como oposição a um governo de extrema direita. De outro, teríamos uma bancada maior e mais diversa.

No seminário realizado pela liderança no início do ano ficou nítido que o governo Bolsonaro teria uma atuação centrada em pelo menos quatro eixos. O primeiro, ultraliberal, seria aprovar no parlamento reformas que retirassem direitos, facilitassem a entrega do patrimônio público e flexibilizasse a exploração indiscriminada e sem punição dos nossos recursos naturais, inclusive em terras indígenas, desmontando o fraco Estado de bem-estar construído pela Constituinte de 1988. O segundo, igualmente importante, seria aprovar um pacote denominado “anticrime”, de endurecimento do Estado Penal, condição necessária para impedir que os mais pobres se revoltassem contra as medidas econômicas e reforço do racismo estrutural existente. E o terceiro eixo, articulado aos demais, seria o ataque sistemático a todas as políticas de proteção direcionada a mulheres, negros e LGBTs. E, por último, um eixo de guerra ideológica e cerceamento da liberdade de expressão.

A enumeração dos eixos já demonstrava a grandeza do desafio de ter 10 deputados e atuar contra os desmandos que se anunciavam.

1.2 Governo Bolsonaro e sua Relação com o Parlamento

Fazer um balanço da atuação do governo e sua relação com o parlamento diz muito sobre o caráter do comando atual do país. O Bolsonaro foi eleito turbinado pelo discurso de combate a velha política, conseguiu trazer junto uma forte bancada parlamentar no PSL, composta por militares e youtubers de direita, mas não conseguiu consolidar uma base fiel de sustentação.

Mas se isso é verdade, por que seus projetos econômicos tiveram tanta facilidade de aprovação? E não só os que foram enviados formalmente (reforma da previdência), mas as propostas que estavam travadas e que foram colocadas na pauta (como o novo marco regulatório do saneamento básico)? Apesar de não ter base fiel e ser obrigado a negociar no velho toma-lá-dá-cá, a pauta econômica foi assumida pelo comando da Casa e pelo chamado Centrão. Rodrigo Maia fez o papel de primeiro ministro do mercado financeiro, impedindo alguns desvarios da guerra ideológica, mas facilitando a aprovação de medidas privatizantes e de retirada dos direitos. A dinâmica da Casa ficou marcada por um discurso de que, apesar de Bolsonaro e seus ministros “ideológicos”, a pauta “de interesse do país” conseguiu andar.

É verdade que as trapalhadas governamentais permitiram que tivéssemos momento de derrotas do governo na Câmara, sendo que a mais significativa foi o recuo na indicação do seu filho para a embaixada nos EUA. Porém, tais vitórias foram em assuntos laterais aos planos econômicos, estes blindados pela imprensa e pelo Centrão.

1.3 A Oposição e Nossa Relação

A posse de Bolsonaro mudou os papéis das bancadas parlamentares, algo que já estava ocorrendo desde o governo Temer. Correlação de forças mais desfavorável e disputa de protagonismo dentro do campo da esquerda eram características esperadas para o ano.

A bancada decidiu compor o espaço da oposição e, no decorrer do ano, passou a participar das reuniões da Minoria. Sendo uma novidade para o partido, alguns temores foram levantados em nossas reuniões, especialmente o risco de perda de autonomia nas votações em plenário.

No decorrer do processo a liderança de oposição passou a ser somente uma representação política e as articulações legislativas se concentraram em torno da liderança da minoria, seja em reuniões periódicas de líderes, seja no relacionamento com assessoria técnica. O risco de perdermos a nossa identidade nas votações em matéria que houvesse discordância dentro dos partidos de esquerda não aconteceu e o saldo foi positivo da atuação. No geral, a bancada do PSOL se diferenciou quando teve necessidade e votou junto em muitas questões.

O discurso de oposição ao governo passou a ser partilhado por mais partidos no espectro da esquerda. Porém, seja pela produção, seja pelas polarizações com o governo, é nítido o crescimento do espaço do partido no seio de quem faz oposição ao governo. Some-se a isso ao fato de que algumas bancadas da Minoria não conseguem votar unidas em questões cruciais (PDT e PSB). O partido foi o principal alvo de ataques da bancada governista na maior parte do ano.

1.4 **Bancada Unida como Regra**

Foi um ano de aprendizado e de convivência para uma bancada que junta experiência e renovação. No geral, podemos afirmar que conseguimos construir posições unitárias e votar unida em quase todas as votações. De questões relevantes, apenas em três momentos a bancada votou em propostas diferentes no plenário (COAF, Policia Penal e Substitutivo do Pacote anticrime).

Conseguimos ter reuniões periódicas e isso contribuiu para aprofundar posicionamentos e socializar iniciativas. A maior parte das questões de enfrentamento ao governo, desde requerimento de informações, convocação de ministros e ações judiciais, foram discutidas e construídas em conjunto, seja com assinatura de toda bancada ou da nossa representação na comissão relativa ao caso em tela.

A existência de um corpo técnico na liderança, reforçado pelas condições materiais criadas pela ampliação da bancada, favoreceu a construção de posicionamentos qualificados, acompanhamento de parlamentares nas comissões e no plenário.

Esse balanço positivo não significa que, em alguns momentos, não ocorreram ruídos, mas os mesmos não foram a regra de convivência e alguns foram tema de debate nas reuniões da bancada.

Encerrado o ano, certamente podemos afirmar que a bancada se conhece mais, construiu laços de confiança e solidariedade, criando um ambiente favorável a construção de consensos diante de divergências políticas.

2. BALANÇO DA ÁREA TÉCNICA

O primeiro ano sob a égide do governo Bolsonaro consistiu num ataque sem precedentes aos Direitos do povo brasileiro. Demandou, por parte da assessoria do PSOL, respostas rápidas e criativas diante de uma conjuntura que se movimentou rapidamente.

Podemos dizer que nossa atuação centrou tanto na resistência quanto na criação de alternativas para alterar esse quadro. A reação contra as medidas regressivas do governo, no parlamento, passou pela proposição de medidas judiciais, representações, projetos de lei e projetos de decreto legislativos para sustar tais medidas. A criação de alternativas consiste, justamente, em apresentar nossas possibilidades no campo da segurança pública, educação, economia, meio ambiente e Direitos Humanos.

O balanço abaixo tem o objetivo de destacar, de forma resumida, com dados, gráficos e estudos, os principais pontos do ano na atuação da bancada do PSOL. Esses elementos, ainda que possuam muitas variáveis, podem apontar caminhos importantes para fazer o balanço crítico do ano e pensar nossas estratégias para o futuro.

2.1 Dados e Análises

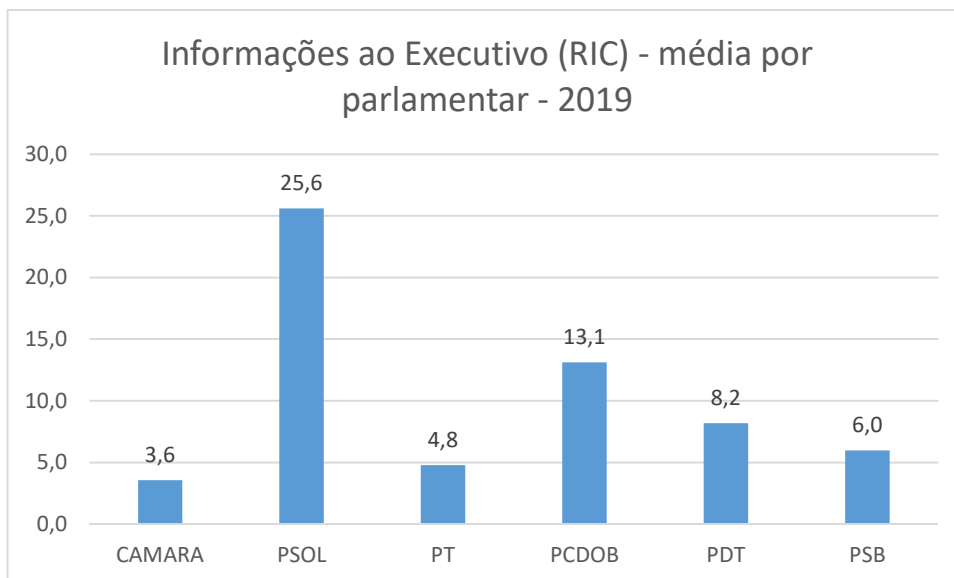
Inicialmente, apresentaremos um levantamento com os números das principais proposições apresentadas pela bancada do PSOL, em comparativo com a dinâmica parlamentar geral e com o campo da oposição. É claro que há variáveis nesses dados (como coautorias com parlamentares de outros partidos), mas aponta para questões importantes sobre nossos limites e desafios até o momento. É também importante alertar que a questão numérica não pode obstar a análise sobre o mais importante: o mérito das proposições.

Segue o nosso levantamento com as principais proposições legislativas¹:

1	PROPOSIÇÃO	GERAL	OPOSIÇÕES	PSOL	PT	PC do B	PDT	PSB	MÉDIA CÂMARA	MÉDIA PSOL
2	Lei Ordinária (PL)	5183	1141	58	336	40	272	435	10,10	5,8
3	Lei Complementar (PLP)	189	47	4	17	4	10	12	0,37	0,4
4	Informações ao Executivo (RIC)	1825	1023	256	254	105	229	179	3,56	25,6
5	Decretos Legislativos (PDL)	538	264	49	131	20	25	39	1,05	4,9
6	Comparecimento de Ministro	284	218	57	50	15	46	50	0,55	5,7
7	Votos em Separado (VTS)	220	66	19	18	8	10	11	0,43	1,9
8	Fiscalização Financeira e Controle (PFC)	97	19	4	6	0	3	6	0,19	0,4

Tendo uma bancada pequena, cabe estabelecer a proporção per capita das iniciativas apresentadas. A bancada do PSOL apresentou, somente neste primeiro ano, **256 requerimentos de informações**, além de inúmeros pedidos via Lei de Acesso à Informação. A ampla maioria desses requerimentos foi assinada pelo conjunto da bancada. Esse número significa mais de 14% do total de Requerimentos de informações apresentados por todos os parlamentares do Congresso Nacional (1825 RI's). O partido teve desempenho muito superior a média da Câmara e dos demais partidos de oposição.

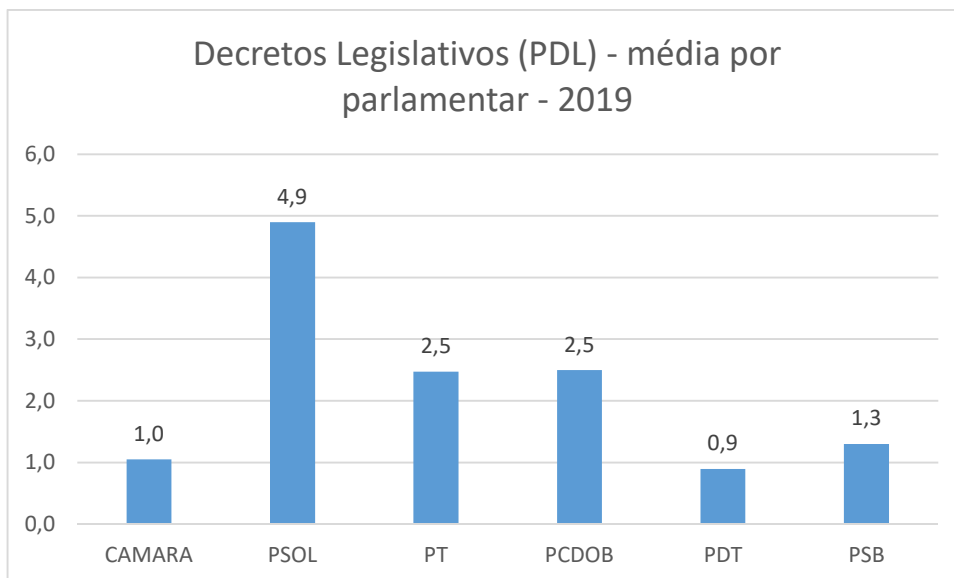
¹ Os dados foram obtidos pelo sistema oficial da Câmara dos Deputados, atualizado até 17/12/2019.



Fonte: Câmara dos Deputados

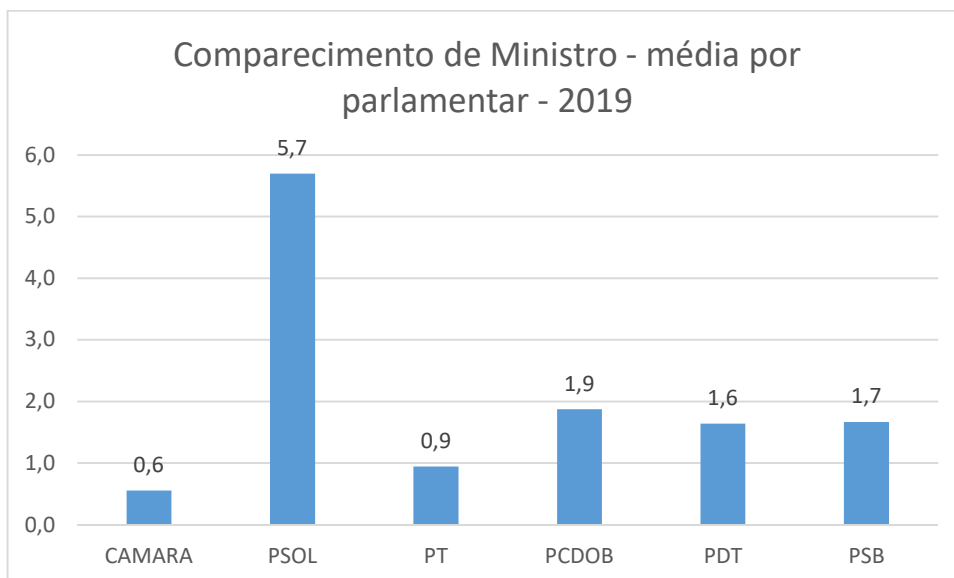
No campo de **projetos de lei complementar**, foram apresentados pelos parlamentares e pelo executivo 189 projetos nesse primeiro semestre. **Parlamentares do PSOL apresentaram 4 PLC's** (o que significa 2,1% dos projetos). Na área de **projeto de lei ordinária**, foram 5.183 projetos apresentados pelos parlamentares e pelo executivo. Parlamentares do PSOL apresentaram **58 projetos de lei** (1,1% do total). Da mesma forma, a bancada do PSOL apresentou **66 votos em separado**, o que representou 8,6% dos votos apresentados no parlamento em 2019.

Também apresentamos 49 **Projetos de Decreto Legislativo** para sustar medidas inconstitucionais do governo Bolsonaro que exorbitavam de seu poder regulamentar, o que representou 9,1% de um total de 538 PDL's apresentados por todos os parlamentares. Nossos projetos tiveram o objetivo de tentar sustar o fim dos conselhos populares, os decretos que ampliavam a posse e o porte de arma, o esvaziamento do Mecanismo Nacional de Combate e Prevenção à Tortura, além do Projeto para sustar o corte de recursos nas Universidades, entre tantos outros temas. Detalhe importante é que a ampla maioria dos nossos PDL's são apresentados coletivamente pela bancada, enquanto outros partidos apresentam diversos projetos separadamente com o mesmo objeto. Neste quesito o partido também se destacou, ficando muito acima da média.



Fonte: Câmara dos Deputados

Fomos o partido com a maior média de convocação de autoridades do governo, instrumento de fiscalização e de potência na oposição realizada. Foram apresentados 57 pedidos de convocação, de um total de 284. Assim, nossos pedidos representaram 20,1% do total. E, quando ponderado pelo total de parlamentares de cada bancada, nossa média se destaca, sendo um indicador vigoroso de que não demos trégua ao governo.



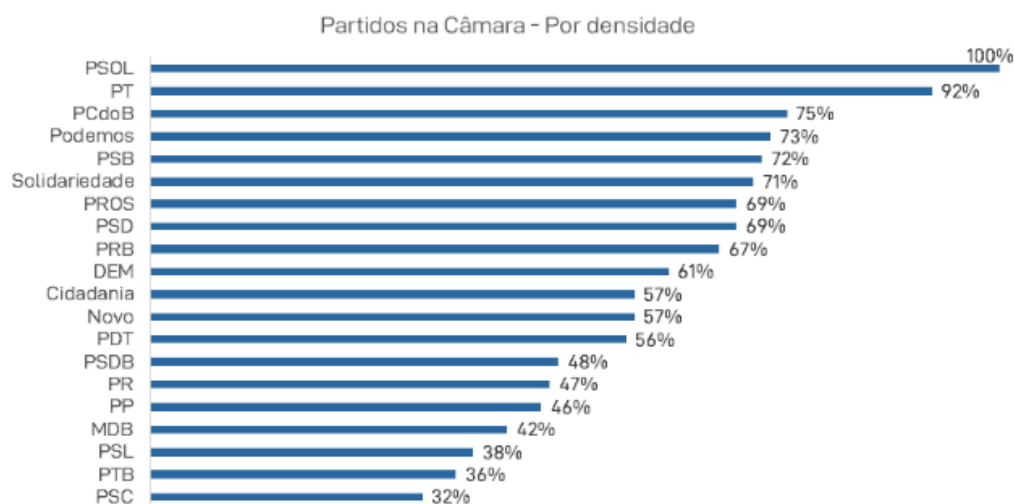
Fonte: Câmara dos Deputados

Como já ressaltamos, é claro que essas são análises numéricas que revelam o grau de intensidade das nossas iniciativas e podem apontar importantes reflexões sobre a nossa atuação. Porém, o mais importante é o mérito das nossas iniciativas: propostas consistentes e de oposição combativa ao governo Bolsonaro, além de uma presença constante nos debates das Comissões e do Plenário.

O que se observa, numa primeira leitura, é que as proposições típicas da oposição, como PDL's, Requerimento de informações, Votos em Separados, e Convocações de Ministros, o PSOL tem amplo destaque no campo da oposição, tendo uma média superior ao conjunto da oposição. É preciso avançar, porém, na propositura de Projetos de lei e Projetos de lei Complementar. De toda forma, são temas que serão analisados minuciosamente no seminário da bancada.

A bancada também apresentou ações populares, mandados de segurança perante o Supremo Tribunal Federal, além de representações à Procuradoria Geral da República e à Comissão de ética da Presidência, além de provocações às relatorias da ONU, como será visto no último tópico deste documento.

Destaque-se que, de acordo com os dados disponíveis, a oposição tem uma atuação coesa e a base do governo tem uma atuação mais difusa. No estudo mais completo que encontramos sobre o tema, **ainda do primeiro semestre**, o economista Pedro Nery analisa a atuação dos parlamentares na Câmara dos Deputados². O autor analisa a Câmara como uma gigantesca rede de deputados conectados entre si. A conexão entre os Deputados se dá a partir de apresentação de propostas em conjunto e a coesão pode ser mensurada por um indicador de densidade. De acordo com o estudo, a atuação do PSOL é um diferencial e uma importante referência de atuação coesa:



Pesquisa do G1, **ainda do primeiro semestre**, também analisou que o PSOL – seguido por PT e PCdoB - é o Partido que vai vota em desacordo com as orientações do Planalto³. Ou

² Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/psl-atuacao-difusa-dados-22052019>

³ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/31/deputados-de-pros-pode-e-psb-sao-os-que-menos-seguem-orientacoes-do-partido-em-votacoes-no-plenario-da-camara.ghtml>

seja, de acordo com o levantamento, a partir das votações nominais no plenário da Câmara, é o maior índice de oposição ao governo Bolsonaro.

3. ATUAÇÃO POR ÁREA TEMÁTICA

3.1 ÁREA ECONÔMICA

I. O eixo central da agenda econômica do governo Bolsonaro em 2019

A agenda econômica do governo Bolsonaro impôs à oposição no parlamento um duplo desafio: diferente das demais violências perpetradas pelo governo, o programa econômico conduzido por Paulo Guedes, de caráter extremamente reacionário e altamente agressivo em relação ao nosso tecido social, contou com o apoio quase que irrestrito da grande mídia e, até mesmo, de setores considerados pelo senso comum como “progressistas”. Tratou-se, portanto, da repetição *ad nauseam* do velho mantra neoliberal de que não há alternativas à austeridade fiscal, sendo qualquer questionamento àquela agenda considerado como mera irresponsabilidade.

O programa econômico neoliberal, conduzido por Paulo Guedes, possui três pilares centrais: a redução do tamanho do Estado de bem-estar social por intermédio da manutenção da austeridade permanente cristalizada pela Emenda Constitucional nº 95; privatizações generalizadas e, por fim, a alteração na correlação de forças capital *versus* trabalho via desregulamentação trabalhista e manutenção de um grande exército industrial de reserva – o que reduz a demanda por direitos, comprime salários e enfraquece a capacidade de organização da classe trabalhadora. O desemprego é disciplinador.

Boa parte do programa neoliberal foi proposto ou teve que ser aprovado pelo legislativo. Os ataques começaram logo nos primeiros dias do ano com a publicação de uma ampla e sintomática Medida Provisória que extinguiu, dentre outros, o Ministério do Trabalho, explicitando o caráter pró-capital do novo governo. No decorrer do primeiro semestre, o foco do governo e de seus aliados no parlamento foi na aprovação da reforma da previdência. Já no apagar das luzes, aprovou-se um orçamento altamente contraproducente ao passo que foi enviado ao Senado um pacote de Propostas de Emenda à Constituição – o AI-5 econômico – que consiste em uma grave ameaça orçamentária para a garantia de diversos direitos sociais.

Mesmo diante de um intenso e diversificado ataque no campo econômico, a assessoria técnica não se limitou à atuação reativa e auxiliou os parlamentares na elaboração de uma série de projetos de lei e emendas parlamentares, com destaque para as orçamentárias. Nas seções

seguintes, vamos apresentar uma breve síntese, tanto das ações propositivas, quanto da atuação da assessoria técnica na garantia dos mais variados direitos sociais.

II. A atuação da assessoria técnica frente aos principais ataques do governo Bolsonaro e seus aliados na pauta econômica

1. Previdência Social

Em 2019 foi apresentado ao parlamento um conjunto de três propostas que o governo denominou de “Nova Previdência”: a PEC 06/2019, que reformou a previdência do setor privado e do serviço público federal civil; o projeto de lei de reforma do Sistema de Proteção Social dos Militares (PL 1.645/2019) e a chamada Medida Provisória do pente-fino (MP 871).

A PEC 06/2019, agora Emenda Constitucional nº 103, significou a redução dos benefícios previdenciários dos mais pobres em valores superiores a 40% dos rendimentos; elevação do tempo mínimo de contribuição e da idade mínima; redução do valor da pensão por morte em até 40% e enorme dificuldade de acesso à aposentadoria especial para os trabalhadores em condições de insalubridade.

Apesar dos retrocessos, a resistência popular reverberada pela oposição no parlamento, conseguiu barrar os pontos mais agressivos da reforma, dentre os quais destacamos: a retirada do ataque ao BPC; o recuo do governo na ofensiva aos trabalhadores rurais; a eliminação da imposição do regime de capitalização de inspiração chilena; a supressão do dispositivo que elevava o tempo mínimo de contribuição de 15 para 20 anos no caso das mulheres e a continuidade do abono salarial para trabalhadores que ganham entre um e dois salários mínimos.

Também houve outros recuos importantes do legislativo e do governo no âmbito da comissão especial: a pressão popular nas ruas e o destaque do PSOL na comissão especial da reforma da previdência derrotou Paulo Guedes e Bolsonaro, que queriam eliminar os repasses do FAT para o BNDES, o que significaria, na prática, a eliminação do BNDES em prol dos bancos privados.

Já em relação à reforma do Sistema de Proteção Social dos Militares, a assessoria técnica estabeleceu uma valiosa parceria de trabalho com os militares de baixa patente das forças armadas. Os militares, praças e graduados, diante de uma proposta que ampliava as desigualdades nas forças armadas, contaram com o apoio dos parlamentares do PSOL durante a tramitação do projeto na Comissão Especial e acabaram por anunciar o rompimento com governo Bolsonaro.

2. Medidas Provisórias

Várias das reformas neoliberais foram executadas pelo governo por intermédio de medidas provisórias. Dentre elas, duas tiveram destaque: a Medida Provisória nº 881, de 30 de abril de 2019, intitulada “MP da Liberdade Econômica” e a Medida Provisória nº 905, que criou o “contrato de trabalho verde e amarelo”.

A MP da liberdade econômica, além de limitar a atuação do Estado como agente regulador, também trouxe vários dispositivos relativos à CLT, na linha da reforma trabalhista aprovada no governo Temer, reforçando a lógica do negociado sobre o legislado e do enfraquecimento do poder de barganha do trabalhador, por meio de negociações individuais. A assessoria técnica produziu um conjunto de quatro emendas que pretendiam eliminar os dispositivos mais graves da proposta, como a extinção do Fundo Soberano.

Já em relação à Medida Provisória 905, que criou o “contrato de trabalho verde e amarelo”, de forma a revogar e alterar diversos dispositivos do ordenamento jurídico brasileiro na seara trabalhista, a equipe econômica em trabalho conjunto com o núcleo jurídico produziu vinte e nove emendas que abordaram, detalhadamente, os pontos mais graves da proposta.

3. Reforma tributária

No decorrer de 2019 também houve uma tentativa, por parte do parlamento, de aprovação de uma reforma tributária que, apesar de necessária, estava muito longe de resolver os principais problemas da nossa estrutura tributária, necessitando, portanto, de profundos ajustes estruturais. Neste sentido, o extenso trabalho de pesquisa da assessoria técnica do PSOL culminou na elaboração e apresentação de emendas que, caso aprovadas, teriam a capacidade de reduzir a carga tributária incidente sobre os mais pobres ao mesmo tempo que avançaria na consolidação de estímulos tributários à construção de uma economia com mais respeito ao meio-ambiente e às questões de gênero e étnico-raciais.

Se a emenda que propomos fosse acatada, a redução do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), em valores absolutos, seria de R\$ 159,4 bilhões, o que significa queda da alíquota total de 27% para 21,3%. A redução seria alcançada pelo ajuste da tributação incidente sobre os muito ricos em cinco eixos: taxaço de lucros e dividendos e fim da isenção de juros sobre capital próprio; regulamentação do imposto sobre grandes fortunas; majoração da alíquota máxima do imposto sobre heranças; cobrança de IPVA para embarcações e aeronaves e da criação da Contribuição Social sobre Altas Rendas da Pessoa Física (CSPF). Os ajustes propostos fariam com que a renda disponível de um trabalhador que recebe um salário mínimo aumentasse em 5,7%, além dos impactos positivos da proposta no nível de emprego.

III. Principais propostas legislativas elaboradas pela equipe econômica

4. Elaboração e acompanhamento do orçamento

Em 2019, o PSOL fez um acompanhamento sistemático de todas as etapas de elaboração orçamentária, sendo várias das emendas parlamentares elaboradas pela assessoria técnica aprovadas. As emendas aprovadas ampliaram e protegeram o orçamento de várias áreas estratégicas, bem como tornaram mais transparente a execução destes gastos. Um exemplo foi a aprovação de emenda do PSOL que impede o contingenciamento de gastos na área de educação – dispositivo vetado, posteriormente, pelo Presidente da República.

Além das ações propositivas, o papel de fiscalização da execução dos gastos pela assessoria técnica foi incansável e culminou em uma série de denúncias que tiveram grande destaque na imprensa, principalmente no que se refere aos contingenciamentos na área ambiental e, educação pública e na segurança pública.

5. Projetos de Lei para proteger a política de valorização real do salário mínimo e de aperfeiçoamento e proteção do Programa Bolsa-Família.

O governo Bolsonaro anunciou, em 2019, o fim da política de valorização do salário mínimo acima da inflação. Para se contrapor a mais este ataque, a assessoria técnica elaborou um projeto de lei, apresentado pela bancada, que garante a valorização do salário mínimo sempre acima da inflação.

Além do ataque à valorização do salário mínimo, o governo também está reduzindo de forma significativa o escopo do programa bolsa-família: a fila de espera para o programa de transferência de renda é de aproximadamente de 700 mil famílias. Isso significa que o governo, deliberadamente, está obstruindo a entrada de novos beneficiários. Além disso, o programa carece de dispositivos de correção monetária, destinados a preservar o poder de compra do benefício.

Para proteger este importante programa social, a assessoria técnica elaborou o Projeto de Lei 6219 de 2019, que avança na ampliação e proteção do Programa em três sentidos: (i) garante o reajuste anual dos benefícios acima da inflação; (ii) impõe um prazo limite de até 45 dias da data do requerimento para o pagamento do primeiro benefício, de forma que filas sejam evitadas e (iii) instituímos a atualização dos valores referenciais para caracterização de situação de pobreza ou extrema pobreza de acordo com o INPC.

A Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC), maior Comissão permanente da Casa, como já era de se esperar, foi palco de grandes enfrentamentos entre Governo e



CÂMARA DOS DEPUTADOS Liderança do Partido Socialismo e Liberdade

Oposição ao longo do ano. Comandada pelo PSL, na pessoa do Deputado Felipe Francischini (PR), e responsável pela análise da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do conjunto de proposições legislativas aprovadas nas demais comissões permanentes e pela admissibilidade do conjunto de propostas de emenda à constituição apresentadas na Casa, realizou 317 horas de reunião ao longo do ano, sendo 80% do tempo destinado a reuniões deliberativas – 253 horas de reuniões deliberativas no ano.

A bancada do PSOL, representada pela Deputada Talíria Petrone, titular na comissão, e pelo Deputado Marcelo Freixo, suplente, manteve o espaço de protagonismo na Comissão e esteve à frente das principais obstruções enfrentadas pelo plenário da Comissão, a começar pela admissibilidade da PEC 6/2019 – Reforma da Previdência.

Principais Propostas de Emenda à Constituição votadas na Comissão, com destaque para a atuação do PSOL durante o processo de obstrução da votação:

- PEC 6/2019 – Reforma da Previdência
- PEC 45/2019 – Reforma Tributária
- PEC 100/2019 – Introduz como direito fundamental o exercício da legítima defesa e os meios a tanto necessários
- PEC 187/2016 – Permite a exploração de atividade agropecuária e florestal em terra indígena
- PEC 365/2017 – Altera o art. 144 da CF para criar o corpo de segurança socioeducativa
- PEC 410/2018 – Altera o art. 5º da CF para permitir a prisão a partir da condenação em segunda instância
- PEC 438/2018 – Regra de Ouro (PEC dos gatilhos)
- PEC 135/2019 – PEC do voto impresso

Outras PECs relevantes contaram tanto com o apoio como com a articulação da bancada para serem aprovadas, casos em que o Governo também esteve no polo contrário. É o caso, por exemplo, da PEC 200/2019, que altera o art. 203 da Constituição para assegurar a garantia de transferência de renda a unidades familiares em situação de pobreza e de extrema pobreza.

Foram 17 proposições relatadas pela Deputada Talíria Petrone e 02 relatadas pelo Deputado Marcelo Freixo (PL's 8131/2014; 709/2011; 9262/2017; 1862/2019; 4752/2019; 5029/2009; 7545/2017; 709/2011; 3388/2012; 7720/2010; 1080/2011; 6682/2016; 1176/2011; 256/2016; 1346/2015; 1960/2007; e PEC 207/2003). Entre as 17 proposições relatadas, 06 tiveram parecer votado e aprovado pela Comissão. São elas:

- 1) PL 9.262/2017, relatado pela Dep. Talíria Petrone, que inscreve o nome de Nise Magalhães da Silveira no Livro dos Heróis da Pátria;
- 2) PL 6.682/2016, relatado pela Dep. Talíria Petrone, que reconhece os modos de produção dos instrumentos musicais de samba e as práticas a eles associados como manifestações da cultura nacional;

- 3) PL 1.960/2007, relatado pela Dep. Talíria Petrone, que institui o mês de junho como mês que estimula a participação da população em práticas solidárias;
- 4) PL 7.720/2010, relatado pela Dep. Talíria Petrone, que modifica o Estatuto da Igualdade Racial para incluir o quesito cor/raça em instrumentos de coleta de dados referentes a trabalho e emprego e para dispor sobre a realização de pesquisa censitária que verifique o percentual de trabalhadores negros no setor público;
- 5) PL 709/2011, relatado pela Dep. Talíria Petrone, que institui o certificado Parceiros da Ressocialização às pessoas jurídicas que contratarem egressos e sentenciados acautelados do sistema prisional e dá outras providências;
- 6) PL 256/2019, relatado pelo Dep. Marcelo Freixo, que reconhece as escolas de samba como manifestação a cultura nacional;

Dois projetos de autoria da bancada foram aprovados, em caráter conclusivo na Comissão e seguiram para apreciação do Senado Federal. São eles:

- 1) PL 10156/2018 – de autoria do Dep. Ivan Valente, que dispõe sobre o direito à informação dos estudantes perante as escolas e instituições de ensino;
- 2) PL 4483/2008 – de autoria da Dep. Luiza Erundina, que altera a Lei 9.394/1996 para prever a instituição de conselhos de escola e de conselhos de representantes dos conselhos de escola.

O PL 2479/2007, de autoria do Dep. Ivan Valente, foi pautado e avançou no pedido de vista. Também evitamos que proposições de autoria da bancada, com parecer pela rejeição de deputados do NOVO e do PSL, por exemplo, não conseguissem ser votadas. A exceção foi o PDC 1441/2014, de autoria dos Deps. Chico Alencar, Ivan Valente e Jean Wyllys que, após articulação do governo, teve o parecer pela rejeição aprovado.

Ao todo, foram 19 requerimentos e 12 votos em separados protocolados. Entre os requerimentos estão 11 convocações de ministros, apresentados em conjunto com outros parlamentares ou individualmente, e 08 requerimentos de audiência pública. Entre os requerimentos de convocação estão 02 convocações do Ministro da Economia, 02 convocações do Ministro do Turismo – envolvido no esquema conhecido como “laranja do PSL”, 05 convocações do Ministro da Justiça, 01 convocação do Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional e 01 convocação do Ministro da Casa Civil.

Entre o extenso conjunto de matérias que são pautadas, algumas áreas merecem destaque.

Em matéria eleitoral, destacamos a atuação da bancada na resistência ao PL de autoria da Dep. Renata Abreu que retirava a obrigatoriedade do preenchimento mínimo de vagas para candidaturas de cada sexo, prevista na Lei das Eleições. A matéria esteve repentinamente na pauta e foi retirada em razão de requerimento de retirada de pauta formulado pela Dep. Talíria.

Em matéria regimental, o Projeto de Resolução nº 84/2019 tenta alterar o regimento para reduzir os mecanismos regimentais disponíveis. Também em razão da organização da oposição na comissão, encerramos o ano sem que a proposição avance na Comissão.

Por fim, outro aspecto extremamente relevante e característico da comissão ao longo do ano de 2019 foi a quantidade de projetos pautados que, alimentadas pelo populismo penal, visam endurecer o sistema punitivo e carcerário brasileiro. A Deputada Talíria Petrone teve enorme protagonismo na área e se destacou na linha de frente contrária ao avanço das matérias.

Destacamos algumas delas:

- PL 4535/2016 - que cria o Cadastro Nacional de Homicidas de Policiais – Apesar do kit obstrução durante a tramitação da comissão, o projeto foi aprovado. A Dep. Talíria coletou as assinaturas e apresentou Recurso ao Plenário contra a tramitação conclusiva da matéria, a fim de frear a tramitação da matéria.
- PL 7885/2014 – que flexibiliza a pena para o agente de segurança que comete crime de tortura – em razão da manifesta resistência da bancada e do conjunto da oposição em relação ao tema, o projeto entrou algumas vezes em pauta mas não conseguiu avançar para votação.
- PL 7883/2017 - excludente de ilicitude – que altera o Código Penal para incluir o uso progressivo da força na hipótese de exclusão de ilicitude e especificar que a invasão da propriedade configura legítima defesa – em razão da intensa resistência da bancada em conjunto com outros parlamentares, o projeto também não conseguiu avançar na Comissão.
- PL 1.321/2003 – que permite que o presidiário se inscreva como doador vivo de órgãos, partes do corpo humano ou tecidos para fins terapêuticos para fins de remissão de pena – o relatório não conseguiu ser lido no último mês, tendo sido retirado de pauta em razão da articulação da oposição na comissão. Devido aos argumentos, o Relator já sinalizou que deve alterar o parecer.
- PL 3.492/2019 – que inclui a “ideologia de gênero” no rol de crimes hediondos - o relatório não conseguiu ser lido no último mês, tendo sido retirado de pauta em razão da articulação da oposição na comissão. Devido aos argumentos, o Relator já sinalizou que deve alterar o parecer.
- PL 2577/2015 – que tipifica a conduta da mulher que imputar fato ilícito a seu companheiro com a finalidade de obter privilégio na ação de guarda de menores - em razão da intensa resistência da bancada em conjunto com outros parlamentares, com grande destaque para a atuação da Dep. Talíria, o projeto também não conseguiu avançar na Comissão.

3.3 **SOCIOAMBIENTAL**

O governo brasileiro tem promovido um desmonte alarmante do sistema de proteção ao meio ambiente, agindo com extrema negligência em relação as tragédias ambientais, como o desmatamento da floresta amazônica e o massivo derramamento de óleo que acomete o litoral brasileiro desde o fim de agosto deste ano. Em doze meses, o desmatamento na Amazônia cresceu 29,5%, totalizando 9.762 quilômetros quadrados de floresta destruídos; e o derramamento de óleo já atingiu mais de 500 localidades do litoral nordeste e sudeste brasileiro – contaminando 68% do total de municípios nordestinos.

Em meio a tudo isso, o presidente Jair Bolsonaro e o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, diminuíram drasticamente o orçamento da área ambiental, promoveram a flexibilização de ações de fiscalização e estimularam a impunidade a crimes ambientais. O governo federal também avançou com a perseguição e censura em órgãos ambientais, desmonte de mecanismos de participação, atacou organizações não-governamentais (ONGs), ameaçou unidades de preservação e falhou deliberadamente em proteger a vida de defensores ambientalistas.

Ainda, as regulamentações massivas de novos agrotóxicos colocam em risco o meio ambiente e a vida de milhões de brasileiros e brasileiras. Desde janeiro deste ano, o governo federal já aprovou o uso de 467 novos agrotóxicos no país, 39% destes produtos são altamente ou extremamente tóxicos e 34% deles não são aprovados na União Europeia. O ritmo das aprovações de agrotóxicos é, de longe, o mais acelerado da última década.

Diante de todos esses retrocessos, a bancada do PSOL apresentou cerca de 50 Requerimentos de Informação questionando os desmandos da pasta ambiental. Denunciamos a resposta aos requerimentos na grande mídia e por meio dos mesmos articulamos audiências públicas sobre o Fundo Amazônia, Agrotóxicos, Desmonte da Política Ambiental entre outros temas, além de atos, seminários e pronunciamentos. Em relação às emendas parlamentares relacionadas às matérias legislativas socioambientais, apresentamos inúmeras propostas para a MP 870, a MP 875, a LOA 2020, MP 910, MP 900, MP 908 e a MP 886.

Após o Rompimento da Barragem em Brumadinho a nossa bancada assinou o pedido formal para a criação da Comissão Externa e para a Comissão Parlamentar de Inquérito. A Deputada Áurea Carolina (PSOL/MG) foi uma ativa membra titular na Comissão Externa. Esta Comissão produziu nove minutas de proposições legislativas para aperfeiçoamento da legislação nacional relacionada à mineração, sendo que quatro proposições foram aprovadas no plenário da Câmara este ano. Na CPI, a Deputada Áurea atuou como 3ª vice-presidente, participando ativamente das diligências às regiões afetadas em Brumadinho e outros municípios mineiros ameaçados por barragens em risco de rompimento, bem como as intensas tomadas de depoimentos dos afetados, testemunhas e suspeitos.

A bancada também atuou ativamente na Frente Parlamentar Ambientalista com participação das Deputadas Talíria Petrone, Fernanda Melchionna e do deputado Edmilson

Rodrigues. No GT de Licenciamento Ambiental, a deputada Talíria contribuiu com o debate da Nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental, com uma perspectiva de enfrentamento a flexibilização da lei e apresentou relatório alternativo ao PL apresentado pelo Coordenador do Grupo de Trabalho. A partir deste GT, também foi realizado um Seminário sobre o tema no Rio de Janeiro com autoridades, especialistas e movimentos socioambientais. Na Comissão Mista de Mudanças Climáticas, a Deputada Talíria apresentou emendas, que foram acatadas, relacionadas ao orçamento de políticas de combate ao fogo.

Em relação ao desmatamento e incêndios florestais na Amazônia e demais biomas, na Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a deputada Fernanda Melchiona atuou ativamente com convocação a ministros e participação em as audiências públicas relacionadas. Ainda foi aprovada na CMADS a Proposta de Fiscalização e Controle (PFC) nº 27/2019, apresentada pelo deputado Nilto Tatto (PT-SP), e relatada pela Deputada Fernanda Melchionna. A PFC instaurou um grupo parlamentar que irá analisar a atuação do ministro Ricardo Salles e subordinados a ele frente às queimadas criminosas na Amazônia e ao aumento do desmatamento. O relatório preliminar apresentado pela deputada pontua os objetivos da PFC, estima o prazo de 180 dias para realização de atividades - como audiências públicas nos estados afetados, reuniões técnicas e realização de diligências em áreas atingidas pelas queimadas e desmatamento.

Após o massivo aparecimento de petróleo no litoral brasileiro, a bancada assinou o pedido formal de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) com foco no vazamento de óleo cru no litoral do Nordeste. A Bancada também propôs uma indicação ao Poder Executivo de abertura de crédito extraordinário no valor de R\$3 bilhões para enfrentamento da Emergência Ambiental no litoral do Nordeste. A bancada apresentou emenda à MP 900 de 2019, que cria um fundo financeiro por meio do recurso de conversão de multas ambientais e doações, determinando prioridade para ações destinadas à recuperação de áreas marítimas ou costeiras atingidas por óleo no litoral.

Ainda em relação ao óleo, protocolamos um Requerimento de Informações ao MMA questionando quais são as medidas sendo efetivadas para a contenção do avanço do óleo e o PSOL protocolou, em trinta de outubro, na Justiça Federal de Brasília, Ação Popular solicitando o imediato afastamento de Ricardo Salles do Ministério do Meio Ambiente. Por fim, a bancada denunciou o ministro Ricardo Salles à Comissão de Ética da Presidência da República, que pode recomendar a demissão de ministros, por publicar informações falsas sobre a ONG Greenpeace.

Apresentamos também PDL's para sustar Decretos que apresentavam claro perigo ao nosso Patrimônio Ambiental, entre eles: **PDL 340/2019** - para sustar o decreto que reduziu drasticamente a composição do CONAMA, de 100 para 23 representantes; **PDL 124/2019** - para sustar o decreto que alterou o programa de conversão de multas ambientais e criou "núcleos de conciliação" para infratores, flexibilizando a punição de infratores; e **PDL 641/2019** - que visa sustar um dispositivo da Portaria do Ibama nº 3.326/2019 que coloca em risco a regularidade da fiscalização deste órgão.

Ao final de um ano de intensa resistência nesta casa legislativa, a bancada do PSOL na Câmara dos Deputados protocolou uma denúncia contra o governo brasileiro na ONU por violar compromissos internacionais em relação ao meio ambiente e aos direitos humanos. Trata-se de um Apelo Urgente a seis Relatorias Especiais denunciando o desmonte da proteção ambiental, a negligência do governo em relação a tragédias, as ameaças às unidades de conservação, a destruição dos mecanismos de participação, os ataques à sociedade civil, as mortes de defensores, a flexibilização da fiscalização, o estímulo à impunidade e a liberação de agrotóxicos. Uma petição foi elaborada em apoio ao pedido de visita urgente e durante participação na Cumbre de Los Pueblos da COP 25 que ocorreu em dezembro em Santiago no Chile, mais de 30 entidades internacionais assinaram em apoio.

3.4 POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Demarcação de terras indígenas: No primeiro dia de governo, a reforma na estrutura federal esvaziou parte fundamental das atribuições da Fundação do Índio - Funai. Após intensa articulação política do movimento indígena e indigenista, a Comissão destinada a fazer a análise da MP nº 870/2019 alterou o texto e retornou à competência para o Ministério da Justiça. A modificação no texto foi mantida durante as votações na Câmara e no Senado. **Ação do PSOL:** A bancada do PSOL apresentou emenda supressiva para reestabelecer a competência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para demarcar terras tradicionalmente ocupadas por indígenas (art. 21, XIV e §2º, e art. 37, XXI, constante do art. 1º da MP). O governo reeditou a matéria, mas o tema foi declarado inconstitucional pelo Supremo.

Acampamento terra Livre: Em abril reuniram-se em Brasília, entre o dia 24 a 26, mais de 4 mil lideranças indígenas de povos e organizações de toda região do Brasil. Com o apoio da bancada do PSOL nas negociações e intervenção junto ao Presidente da Câmara, foi possível a realização do ATL/2019 de forma pacífica. **Ação do PSOL:** Audiência Pública para discutir o desmonte dos direitos indígenas na Câmara dos Deputados.

Saúde Indígena: A Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI, instituída pelo Decreto nº 7.336, de 19 de outubro de 2010. É a unidade integrante da estrutura do Ministério da Saúde responsável por coordenar a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas - PNASPI e, também, por todo o processo de gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SasiSUS. O Decreto nº 9.795/19 altera pontos que, na visão de especialistas e lideranças indígenas, são fundamentais para o funcionamento do órgão. O decreto não está direcionado diretamente a saúde dos povos indígenas. **Ação do PSOL:** Audiência Pública para discutir o desmonte na saúde Indígena, Moção de apoio a SESAI e Requerimento de Informações sobre o tema.

Povos e Comunidades tradicionais: São definidos como: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. **Ações do PSOL:**

- **Audiência Pública:** Teve como objetivo discutir os direitos e políticas públicas aos povos e comunidades tradicionais (PCTs) do País na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia.
- **Projeto de Lei:** Com o objetivo de enfrentar as violações de direitos humanos relacionadas a Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), o Projeto, assinado por Parlamentares do PSOL, estabelece diretrizes e objetivos para as políticas públicas de desenvolvimento sustentável dos PCT's.
- **Frente em defesa de Povos e Comunidades Tradicionais:** As principais finalidades da Frente está a proposição e acompanhamento de “políticas públicas referente a Povos e Comunidades Tradicionais.

Marcha das Mulheres Indígenas: em agosto, entre os dias 12 a 14 de Agosto, mais de 1000 mulheres indígenas de diversos povos e organizações de toda região do Brasil. **Ação do PSOL:** Contou com a Bancada Feminina do PSOL para realização da Audiência Pública sobre Mulheres indígenas e direitos sociais na Câmara dos Deputados e Audiência Pública com a presença do general Augusto Heleno, chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), para prestar esclarecimentos sobre monitoramentos realizados aos movimentos sociais, em especial dos Povos Indígenas. O PSOL também apresentou representação à PGR contra o monitoramento de mulheres indígenas.

Na Comissão de Cultura, a Deputada Áurea apresentou Moção de Solidariedade em favor da comitiva dos líderes indígenas composto por caciques, juventude e as mulheres que estiveram na Cúpula do Clima em Nova York, que ocorreu entre os dias 22 a 23 de outubro, com principal objetivo aumentar os compromissos dos países em relação às mudanças climáticas; e **Moção de Repúdio** contra o pronunciamento do Presidente da República Jair Bolsonaro, na 74ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, no tocante aos povos indígenas. **Na Comissão de Seguridade Social e Família,** a Deputada Fernanda apresentou Moção de Apoio em favor da permanência da Secretaria Especial de Saúde Indígena no Ministério da Saúde;

O PSOL também apresentou Requerimento de Informações ao Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, General Augusto Heleno Ribeiro Pereira, sobre a proposta de revisão da consulta prévia, livre e informada aos povos indígenas e populações tradicionais, prevista na Convenção nº 169 da OIT e Requerimento de informações ao Ministro



CÂMARA DOS DEPUTADOS Liderança do Partido Socialismo e Liberdade

de Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, sobre as exonerações de servidores das coordenações da Fundação Nacional do Índio/FUNAI.

Também houve intensa participação do PSOL na construção e na atuação das Frentes Parlamentares Indígena, Ambientalista, Quilombola, de Direitos Animais; além de reuniões e audiência pública com Professores Indígenas, reunião com estudantes indígenas e negros, reunião com Movimento Nacional da Pesca, Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e reunião com Conselheiros da Saúde Indígena das cinco regiões do Brasil, Audiência e requerimento de Informações para tratar da situação dos Detentos Indígenas no Brasil.

3.5 **SEGURANÇA PÚBLICA**

O processo legislativo em matéria penal, processual penal e de segurança pública no Congresso Nacional sempre se pautou pelo simbólico. No período pós Constituição Federal de 1988 houve um agigantamento da criminalização, adotando-se a resposta penal aos problemas sociais, de modo que relações de família, de consumo, trânsito, meio ambiente, condições de gênero, relações tributárias, entre outras, são exaustivamente usadas como objeto da tutela penal, sempre recrudescida, num movimento de grande expansão, que somente vem se agravando. A partir de janeiro de 2019, com a posse de um governo com características altamente conservadoras nos costumes e repressoras no método, o impulso legislativo tem sido, desde o início, no sentido de dialogar com o sentimento imediato da sociedade, gestando um direito penal de emergência, supostamente para combater a violência.

Esta nota apresenta os principais temas enfrentados pela Bancada do PSOL na Câmara dos Deputados no ano de 2019 referente à pauta da segurança pública.

Pacote Moro: Enviado ao Congresso Nacional em março de 2019, foi aprovado no Plenário da Casa no início de dezembro, após mais de 200 dias de discussão no Grupo de Trabalho Penal e Processual Penal. Ao todo, o GT realizou 15 audiências públicas, ouvindo mais de cinquenta especialistas da área, modificou aspectos centrais do projeto, retirando vários dos dispositivos considerados maléficos ou inconstitucionais. Dos 31 requerimentos apresentados no GT, 12 foram por iniciativa do Dep. Marcelo Freixo.

Ao todo, a proposta enviada pelo governo alterava cerca de 50 dispositivos, englobando 13 legislações. Destes, 13 foram mantidos integralmente, outros 17 foram suprimidos na sua integralidade, 27 foram parcialmente suprimidos ou modificados, e 6 foram

incluídos. O trabalho realizado pelos Deputados, com destaque à atuação do Dep. Marcelo Freixo, foi louvável e, após uma intensa disputa interna no âmbito do próprio GT, uma versão diferente do texto original foi aprovada. É importante ressaltar que em meio a esse processo, o PSOL se reuniu com movimentos sociais e manteve um diálogo aberto com entidades que, inclusive, auxiliaram a assessoria na elaboração das dezenas de emendas que foram apresentadas.

Para além da atuação no GT, a Bancada apresentou requerimentos de informação relacionadas ao Pacote: (i) Informações acerca do anteprojeto de Lei apresentado a governadores e a imprensa em 04/02/19; (ii) estimativa de impacto orçamentário e financeiro decorrente do Pacote; (iii) informações relativas ao pacote publicitário, que seria derrubado pelo TCU posteriormente.

Três reflexões são relevantes acerca do chamado “Pacote Moro”: (i) votar o pacote confere ao ministro o poder de uma narrativa, não importa quão diferente possa ser o texto aprovado do original. Maior prova disso foi a comemoração que o próprio Moro fez nas redes sociais; (ii) vários temas estavam no pacote apenas como “bodes na sala”, como é o caso da prisão em segunda instância; (ii) não se pode considerar como desprezível o que permaneceu na redação, e que gesta uma lei que, efetivamente, resulta em grande retrocesso em relação à legislação atual, como o aumento de penas para diversos crimes, não apenas os violentos, a elevação de 30 para 40 anos do tempo máximo de prisão que pode ser aplicado no país, o endurecimento das condições para condicional, a não necessidade da autorização do juiz para a gravação da conversa entre o advogado e seu cliente nos presídios de segurança máxima, a prisão imediata após o Tribunal do Júri, a validade da prova por agente infiltrado e a ampliação das possibilidades de prisão preventiva. Isso apenas para citar alguns.

Considerando todas essas circunstâncias, o GT da Câmara realizou um trabalho essencial e corajoso. O que, contudo, não converte o texto aprovado em algo positivo.

Política de Armas: Essa foi uma das principais bandeiras do atual governo, como “política” de segurança pública. Ao todo, foram enviados ao Congresso oito decretos e dois projetos de lei que tratam da política de armas⁴. Um deles, o PL 3.723/2019 foi aprovado por meio de uma Subemenda Substitutiva Global em 05/11/19 e, diferentemente do que fora enviado pelo governo originalmente (concessão de porte ara diversas categorias), o Substitutivo apresentado serviu apenas para sanar as demandas dos CACs. Tal cenário configurou-se como uma derrota para o Governo que enviou na última semana legislativa do ano o Projeto de Lei nº 6.438/2019, que autoriza a concessão de porte de arma a diversas categorias profissionais.

⁴ Decreto nº 9.685/2019, Decreto nº 9.785/2019, Decreto nº 9.797/2019, Decreto nº 9.844/2019, Decreto nº 9.845/2019-posse de armas, Decreto nº 9.846/2019-CACs, nº 9.847/2019-Recuos e o Decreto nº 10.030/2019-Regras para equipamentos controlados), sendo que um deles já foi rejeitado pelo Senado Federal (Decreto 9.785/2019).



CÂMARA DOS DEPUTADOS Liderança do Partido Socialismo e Liberdade

Diante do reenvio de matéria já analisada pelo Plenário da Casa, a bancada apresentou ofício ao Presidente solicitando a devolução do PL ao Executivo. Para além disso, a bancada apresentou requerimentos de informação que desmontaram a forte atuação do lobby da indústria bélica junto ao governo no período em que os decretos foram apresentados. A bancada também apresentou requerimento de audiência pública na Comissão de Segurança Pública e combate ao Crime Organizado.

Política de Drogas: Há um redirecionamento na Política Nacional de Drogas que, até o ano passado, possuía ações majoritariamente de (i) redução e danos e agora passa a ser aplicada sob a lógica da (ii) abstinência, com mais transferência de recursos às 'comunidades terapêuticas', em geral controladas por grupos religiosos. Neste sentido, a Bancada atuou por meio da apresentação de PDL's, audiências e no Plenário.

Política Penitenciária: Para além das modificações decorrentes do Pacote Moro, o governo também atuou de forma agressiva na política penitenciária. Destacam-se as modificações do FUNPEN e os decretos que possibilitam PPI tanto no sistema penitenciário, quanto no socioeducativo. A Bancada apresentou PDLs em ambos os casos.

Merece destaque a atuação da Bancada junto à defesa do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, com a apresentação de PDLs que pretendiam derrubar atos normativos que visavam acabar com o Mecanismo. Além disso, a bancada atuou em duas diligências da CDHM nos estados do Ceará e Pará, para fiscalizar graves ameaças aos direitos humanos das pessoas presas.

Agenda de Segurança Pública e Direitos Humanos: Para além da fiscalização e denúncia de abusos perpetrados pelo governo, a Bancada atuou de forma incisiva na elaboração de uma agenda propositiva de segurança, contendo diversos projetos e recomendações para nortear a atuação da oposição a partir de 2020.

Legislação Antiterrorismo: A Bancada atuou, em parceria com entidades da sociedade civil, na construção de um compromisso para que o Presidente da casa não pautasse temas que pudessem vir a dificultar a atuação de entidades da sociedade civil. Houve forte atuação da Bancada na CSPCCO, CREDN e CCJC.

Frente Parlamentar Mista em Defesa da Democracia e dos Direitos Humanos: Foi lançada no Dia Internacional dos Direitos Humanos e será presidida pelo Dep. Marcelo Freixo. Contará com participação paritária com 25 entidades da sociedade civil.

Força-tarefa de Intervenção Penitenciária (FTIP) e Força Nacional: A bancada do PSOL solicitou ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, informações sobre a atuação da FTIP no estado do Pará; (II) A bancada do PSOL, em conjunto com outros partidos, requereu a

convocação do Ministro Sérgio Moro, para prestar esclarecimentos sobre o monitoramento e espionagem de mulheres indígenas pela Força Nacional de Segurança; (III) Em manifestação assinada por 10 deputados federais da bancada do PSOL na Câmara foi entregue ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, em Genebra, denunciando o governo de Jair Bolsonaro, assim como a FTIP do ministro da Justiça de Sergio Moro, pelo escândalo de torturas em presídios do Pará.

3.6 DIREITOS DAS MULHERES

As mobilizações do “Ele Não” já sinalizavam a disposição das mulheres de se organizarem e organizarem a luta. Sintonizado com esse movimento, o PSOL, nesta Legislatura, tornou-se a segunda bancada a conquistar paridade de gênero na Câmara, o que conectou ainda mais o partido aos movimentos feministas e populares e qualificou a atuação da nossa bancada.

Também a Câmara dos Deputados elegeu o maior número de deputadas de sua história, chegando a 15%. Esse crescimento está intimamente relacionado com a obrigatoriedade de os partidos destinarem, no mínimo, 30% do fundo eleitoral para candidaturas de mulheres.

Nessa vitória numérica contrasta, todavia, com o perfil do novo Congresso, que ampliou significativamente a bancada de extrema direita. No foco de ataque às liberdades e aos direitos humanos, destacamos a centralidade dos direitos sexuais e reprodutivos, que estão sendo diuturnamente desconstituídos por medidas do Executivo, sobretudo em âmbito internacional, e iniciativas legislativas.

Se, por um lado, tivemos um Ministério fundamentalista da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos paralisando e desarticulando as políticas para as mulheres; por outro, vimos a resistência das indígenas, primeiro, e das trabalhadoras rurais em seguida trazendo dezenas de milhares de mulheres a Brasília, contra a reforma da previdência, em defesa da soberania do campo, da floresta e das águas.

No Parlamento, essa força certamente impulsionou o surgimento (inédito) da Frente Feminista Antirracista com Participação Popular, da qual Talíria Petrone tornou-se Coordenadora. Pela primeira vez também o PSOL ocupa uma vaga na Coordenação da Bancada Feminina com Sâmia Bomfim e na Presidência da Comissão de Cultura, com Aurea Carolina. Outro feito inédito foi o trabalho de Fernanda Melchionna na criação da subcomissão especial para discutir a Seguridade Social das Mulheres, paralelamente à tramitação da Reforma da Previdência. E vimos Luiza Erundina se tornar a única parlamentar brasileira premiada nas 12 edições do Prêmio Congresso em Foco.

No tocante aos projetos de lei, propusemos – e é importante que se ressalte a propositura coletiva que a bancada buscou priorizar – o “Selo da Empresa Machista” (**PL 173/2019**); a obrigatoriedade de informações do Ligue 180 em estabelecimentos públicos e privados (**PL 851/2019 e PL 877/2019**); a campanha nacional “Maria da Penha nas Escolas” (**PL 852/2019**); o programa de Parto Humanizado e para Erradicação da Violência Obstétrica (**PL 878/2019**); a Semana Nacional de Conscientização sobre Direitos das Gestantes (**PL 853/2019**); a Licença Parental (**PL 855/2019**); 14 de março - Dia Nacional das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos (**6366/2019**).

Nossa bancada foi ativamente representada na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulheres; na Comissão Externa de Violência Doméstica contra a Mulher; e, mais recentemente, ocupamos também espaço na Comissão Permanente Mista de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Nesses colegiados, destacamos as seguintes iniciativas do PSOL:

Audiência com a Ministra Damares para tratar do projeto “Salve uma Mulher” – anunciado em março e ainda não detalhado até o presente momento – e também provocada a explicar declarações ambíguas sobre uma “cruzada antifeminista” a partir do seu Ministério e o combate a “determinadas ideologias” em ambiente escolar.

Convocação do Ministro Marcelo Álvaro para debater as denúncias de candidaturas femininas laranjas nas eleições 2018, uma vez que o ministro foi indiciado em 4 de outubro pelo Ministério Público e pela Polícia Federal por três crimes envolvendo candidaturas “laranjas” de mulheres, cujos recursos seriam desviados para empresas de seus assessores, parentes ou sócios.

Enfrentamento à violência obstétrica, quando pudemos discutir pesquisa da Fundação Perseu Abramo e confrontar posições do Conselho Federal de Medicina e da deputada estadual Janaína Paschoal sobre incentivo à cesárea a partir da 39ª semana de gestação.

Mulheres Negras: estratégias pelo bem viver para a eliminação do racismo e da violência, alusiva ao 25 de julho - Dia Internacional da Mulher Afro-latino-americana, Afro-caribenha e da Diáspora.

Seminário de Mulheres Indígenas: território e identidade, com o objetivo de dar visibilidade às ações das mulheres indígenas, discutindo questões inerentes às suas diversas realidades, reconhecendo e fortalecendo os seus protagonismos e capacidades na defesa e na garantia dos direitos humanos, em especial o cuidado com a mãe terra, com o território, com o corpo e com o espírito.

Cumprimento do HC 143.641 - Desencarceramento Feminino, com o intuito de identificar as condições de cumprimento do HC concedido pelo Supremo Tribunal Federal em favor de todas as mulheres presas preventivamente que ostentem a condição de gestante, de puérperas ou mães de crianças sob sua responsabilidade.

Cotas para mulheres e o desafio da participação feminina na política, isso porque, em 2019, fomos surpreendidas com Projeto de Lei na CCJC que visava eliminar as cotas para

mulheres nas listas partidárias. Felizmente, graças à pressão popular e a uma articulação da ala progressista e de centro da Bancada Feminina, o projeto não foi adiante este ano.

Violência Contra a Mulher com Deficiência, a fim de discutir as informações do mapa da violência de 2018 que aponta que 10% das mulheres que foram vítimas de estupro possuíam alguma deficiência.

Impactos do Pacote Anticrime e da flexibilização do acesso a armas de fogo nos indicadores de feminicídios e de violência contra a mulher.

Experiências bem-sucedidas de acolhimento de mulheres em situação de violência, para conhecer e disseminar experiências bem-sucedidas de organizações, entidades e agrupamentos que desenvolvam boas práticas de acolhimento de mulheres em situação de violência.

Comissão externa para visitar unidade prisional feminina no Ceará, apurar denúncias de graves violações a direitos humanos nas unidades do Ceará e Pará: visitas *in locu* às unidades prisionais e audiência pública para apresentação do relatório destas.

Situação do enfrentamento da violência contra a mulher no Estado de SP, audiência da Comissão Externa no estado.

Aprovação de Voto de Solidariedade à Prefeita Patricia Arce, do município boliviano de Vinto - Departamento de Cochabamba.

Violência política contra mulheres, com o objetivo de traçar estratégias de enfrentamento e elaboração legislativa que visem à ampliação da ocupação dos espaços de poder e representação pelas mulheres.

Por último e não menos importante, a bancada do PSOL em articulação com a Setorial de Mulheres e direção nacional do partido aprovou a apresentação de **ADPF ao STF, contra a Resolução 2.232, de 2019**, do Conselho Federal de Medicina, que ao regular a recusa terapêutica, favorece abusos, violência obstétrica e retira da mulher o direito de decidir sobre seu plano de parto. Tal resolução viola preceitos fundamentais ao desrespeitar a capacidade decisória de mulheres grávidas, limitando sua autonomia e igualdade. A referida ADPF foi concluída em 18 de dezembro de 2019 e submetida à bancada e mulheres do PSOL, por advogadas do Instituto Anis de Bioética e especialistas da Universidade de Brasília.

3.7 DIREITOS LGBTI+

Desde seu discurso de posse, Bolsonaro inaugura 2019 deixando nítido o tom que ele e seu governo adotariam contra as **LGBTQI+** ao afirmar a necessidade de “*valorizar a família*” e as tradições judaico cristãs em contraposição ao que propunha combater: “*a ideologia de gênero*”.

No dia seguinte, edita a MP 870, que suprime expressamente o termo “LGBT” das diretrizes de Direitos Humanos do novo Ministério. Entre inúmeros retrocessos, essa MP dilui os direitos da população LGBT em “minorias étnicas e sociais”. A bancada do PSOL apresentou diversas emendas, entre elas, a retomada da visibilidade LGBT nas políticas de Estado.

Ainda nos primeiros dias de janeiro, Ministério da Saúde retira do ar cartilha para população Trans – especificamente voltada para cuidados em saúde de homens trans. A justificativa do Ministério foi de que o país não poderia promover políticas que “*ofendessem a família*”. Em março, Bolsonaro determina recolhimento da caderneta de saúde do adolescente e retirar imagens de prevenção a DSTs e sugere que pais rasguem páginas sobre educação sexual de Caderneta de Saúde da Adolescente. Ministro Mandetta (DEM) é inquirido pelo PSOL sobre isso em sua primeira apresentação de plano de gestão na Comissão de Seguridade Social e Família.

Na primeira semana desta legislatura, uma das proposições apresentadas pela bancada feminista do PSOL foi o “Escola sem Mordação” – **PL nº 502/2019**. Nessa mesma direção, **em 26 de junho**, Fernanda Melchionna, Sâmia Bomfim e David Miranda apresentaram o **PL nº 3741/2019**, que propõe a criação do programa de formação “Escola sem Discriminação”.

Sobre esse assunto, é importante lembrar também do PL nº 6005/2016 “Escola Livre”, que Jean Wyllys havia apresentado e que se multiplicou em diversas iniciativas em municípios, estados e também na Câmara dos Deputados. Todas essas proposições do PSOL tramitam agora apensadas ao “Escola sem Partido” [ou Escola sem Sentido], cuja comissão especial, que já está recebendo indicações, será composta novamente em 2020.

Em 8 de fevereiro, foi tornada pública a Nota Técnica 11 do Ministério da Saúde para “Nova Saúde Mental”, que anunciava abertura para o uso da eletroconvulsoterapia, na contramão da Lei da Reforma Psiquiátrica (2001). A Bancada do PSOL requereu informações ao Ministério da Saúde sobre os retrocessos da referida Nota Técnica. Semanas depois, a política da Coordenação de Álcool e Drogas é remanejada para o Ministério da Cidadania, que articula aprovação da lei que altera o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad), fortalecendo as comunidades terapêuticas e triplicando o repasse de verbas públicas ao fundamentalismo religioso. **Em novembro, a Bancada realiza Seminário sobre os 30 anos da Política Redução de Danos (RD), tendo aprovado a iniciativa em seis comissões.**

Já em março, desde o início das atividades em comissão, a bancada do PSOL assume mais uma vez o protagonismo da proposição do **Seminário LGBTQI+ do Congresso Nacional**, em sua décima quinta edição. No ano em que se completam 50 anos do Levante de *Stonewall*, marco internacional da luta de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais afrolatinas, nossas deputadas e deputados conseguiram aprovar a realização do evento em cinco comissões, além de articular em outras três, junto a parlamentares de outros partidos, notadamente PT, PSB e PC do B.

No início de abril, Sâmia Bomfim é eleita coordenadora adjunta da Bancada Feminina, em disputa direta contra a deputada e pastora da Igreja Internacional da Graça Liziane Bayer (PSB-RS).

Em agosto, Governo cumpre sua promessa e suspende edital com filmes de temática LGBT. Aurea Carolina, por meio de requerimento aprovado na CCULT, solicita informações do Ministério da Cidadania esse veto de recursos a produções audiovisuais com temáticas LGBT e de Diversidade Racial. O PSOL também apresenta Representação na PGR questionando o tema. Na sequência, a Bancada promove Seminário “Art. 5º: censura nunca mais”, tendo aprovado a iniciativa em seis comissões.

No início de maio, mês de atenção para políticas voltadas para a redução da mortalidade materna no país, a maior secretaria do Ministério da Saúde veta a utilização da expressão “violência obstétrica”, como se o conceito fosse associado à “ideologia esquerdista”. Em nova audiência pública requerida pelo PSOL na Câmara, Ministro da Saúde é questionado por nossas deputadas e volta atrás, ao menos publicamente, na determinação. Essa censura também foi objeto de debate e rechaço da bancada feminina na CMulher.

Governo veta Lei 13.847 (PLS 188/2017 - Lei Renato da Matta) para dispensar a pessoa vivendo com HIV/aids de avaliação das condições que ensejaram a concessão ou a manutenção do auxílio-doença. No início de junho, o Congresso derruba o veto presidencial.

Ainda sobre uma suposta revisão(?) das políticas de AIDS, destacamos que em maio o Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/Aids e das Hepatites Virais passa a se chamar Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis (tuberculose e hanseníase seriam incluídas no rol de agravos de responsabilidade do Departamento de IST, Aids e Hepatites Virais). Em outubro, Fernanda Melchionna promove Audiência Pública “Situação das políticas para HIV/Aids no Brasil” na CSSF. Em dezembro, Bancada requer formalmente informações ao Ministério da Saúde e à Secretaria de Governo sobre exclusão deliberada de referências LGBTI+ nas campanhas de prevenção ao HIV/Aids.

Dentre os projetos de lei apresentados pelo PSOL em maio, destacamos a proposição do **PL nº 2653/2019**, de David Miranda, que trata de uma maneira mais ampla da “proteção de pessoas em situação de violência baseada na orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero ou características biológicas ou sexuais”. E também o **PL nº 2777/2019**, de Talíria Petrone, que dispõe sobre “coleta, processamento de dados e formação de estatísticas sobre a população LGBT nos serviços de saúde, assistência social e segurança pública”. Essas proposições aguardam constituição de comissão especial.

No início de junho, em campanha para conformar Aliança Mundial Conservadora “Pró Família e Pró Vida” e garantir apoio de países como Egito, Emirados Árabes, Iêmen, Arábia Saudita a sua reeleição à Comissão de Direitos Humanos da ONU, Itamaraty orienta delegações diplomáticas a excluírem menções a “gênero”, permitindo apenas referências a sexo biológico em todos as posições assumidas pelo Brasil nas relações internacionais. Além disso, alegam sigilo sobre documentos oficiais ao se recusar a disponibiliza-los à ABGLT. PSOL também protocola requerimento para ter acesso às políticas adotadas pela chancelaria e sua argumentação.

Uma semana depois, o STF julga por oito votos a três procedentes ações que questionavam a omissão do Legislativo em reconhecer que homofobia e transfobia são crime. Com base nessa decisão e no reconhecimento (em 2018) de alteração de registro civil sem

mudança de sexo, ABGLT apresenta Reclamação à Corte solicitando suspensão dos atos administrativos do Itamaraty que orientam diplomatas a adotarem posturas transfóbicas.

Ainda sobre o Seminário LGBTI+ do Congresso Nacional, importa destacar que ele foi realizado às vésperas do dia Internacional do Orgulho LGBT, em junho, junto da Sessão Solene em Plenário, também articulada pela Bancada do PSOL e aliadas de outras legendas.

Na última semana do mês, todavia, o Poder Executivo publica o Decreto nº 9.883, de 27 de junho de 2019, que extingue o Conselho LGBT. Em resposta, a bancada do PSOL, representada pelo Deputado David Miranda, protocola o **PDL nº 487/2019**, para sustar os efeitos do referido Decreto. A proposição encontra-se pronta para pauta na CDHM.

Dias depois, em culto semanal da ‘bancada da bíblia’ na Câmara, Bolsonaro anunciou que, dos dois ministros que pretende nomear para o STF, “um deles será terrivelmente evangélico”. E em discurso na Marcha para Jesus, já em agosto, volta a dizer que “Ideologia de Gênero é do capeta”.

No Setembro Amarelo, David Miranda apresenta o **PL nº 5096/2019** “para instituir, no âmbito da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, recortes e conteúdos voltados para a prevenção do suicídio entre a população LGBTI+”.

Em novembro, durante a Cúpula de Nairóbi, para celebrar os 25 anos da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento do Cairo, Governo Brasileiro reitera posições do Itamaraty ao defender posições que suprimem igualdade de gênero e questionam até mesmo o conceito de “direitos sexuais e reprodutivos”. Governo brasileiro defende o conceito de “vida desde a fecundação [concepção]”. Mais de 170 entidades denunciam a posição do Brasil.

Em novembro, Fernanda Melchionna promove Audiência Pública “Situação de Pessoas LGBTI nos presídios brasileiros” – CSSF e, a última reunião deliberativa do ano da referida comissão, Fernanda consegue supressão de conteúdo discriminatório contra a população LGBTI do relatório da subcomissão de Família, Adoção e Combate à Pedofilia.

3.8 EDUCAÇÃO

Não é segredo para ninguém que a Educação viveu um momento conturbado no Brasil em 2019: o tema frequentou o noticiário devido, sobretudo, a repetidas provocações de Bolsonaro e de seus comandados à comunidade acadêmica, bem como às restrições de financiamento para as universidades, a Capes e o CNPq, que colocam em xeque o presente e o futuro da produção de conhecimento no Brasil. A Educação também foi apontada por diversas pesquisas de opinião como uma das principais preocupações dos brasileiros, sobretudo os mais jovens. Questões de importância crucial, como a implementação do Plano Nacional de Educação e a aprovação do Novo FUNDEB, ficaram em segundo plano e continuaram empurradas com a barriga.

Isso tudo visto, pode-se muito bem afirmar que a atual gestão do MEC é um rotundo fiasco: segundo apurou a COMEX/MEC, faltam, hoje, planejamento e gestão no Ministério; a maior parte das ações carece do estabelecimento de prioridades, metas, prazos, definição de responsáveis. A execução orçamentária foi muito baixa em ações estratégicas para cumprir o PNE, como exemplo temos apenas 12% no apoio à implantação de Escolas para Educação Infantil. A política de alfabetização nem foi executada. O gasto com custeio das universidades alcançou apenas 70% e nos institutos federais ficou em 61%, fruto do contingenciamento liberado no apagar das luzes, procedimento proposital para impedir a execução orçamentária.

Do ponto de vista dos objetivos do governo vigente, a gestão Vélez-Weintraub pode ser considerada exitosa, na medida em que priorizou três eixos: 1) o combate ideológico a tudo o que possa ser identificado como “esquerda”, em diálogo com a base bolsonarista; 2) o apoio à “pauta Guedes” e seu arrocho orçamentário; e 3) a ampliação da influência do setor privado do ensino superior, com participação de seus representantes na própria estrutura do MEC.

Nesse contexto, a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados teve um ano de forte acirramento dos conflitos, com PSL e adjacências agindo para obstruir toda iniciativa progressista (termos como “gênero” e “LGBTI”, bem como as siglas PT e PSOL, estiveram no radar dessas agremiações). **Na Comissão de Educação, a bancada do PSOL aprovou um Projeto de lei (nº 10.156/18), do Dep. Ivan Valente, e dois pareceres, ambos do dep. Glauber Braga. Foram 19 requerimentos nossos aprovados na Comissão, dos quais 11 de audiência pública ou seminário; 5 de convocações de autoridades; 1 de informação, 1 de indicação e 1 de retificação.**

Um dos temas de audiência pública, por exemplo, foi o debate sobre os cortes orçamentários realizados pelo MEC nas universidades, institutos federais e hospitais universitários. **Mas nossa bancada também propôs debates sobre censura, educação escolar indígena, os cortes de bolsas de Capes e CNPq e o descumprimento do PNE, entre outros temas. As autoridades convocadas pelo PSOL foram 3: o Ministro da Economia, o Ministro da Educação e o Advogado-Geral da União.** Uma das emendas ao PLOA 2020 aprovadas na Comissão de Educação contou com o apoio de emenda do PSOL: trata-se de reforço à ação “concessão de bolsas no ensino superior – nacional”, que visa a garantir R\$ 300 milhões para a Capes.

Os PDL’s apresentados pelo PSOL refletem bem a linha de resistência em que o campo progressista tem se entrenchado, para fazer frente às ofensivas da extrema-direita: o nº 271 visou a sustar violação da autonomia universitária; o nº 643, a extinguir o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares; e o nº 722, a impedir o avanço da privatização da educação infantil.

Em uma dezena de Requerimentos de Informação apresentados pela bancada, solicitamos informações sobre, por exemplo: o uso indevido de dados pessoais de estudantes pelo INEP; os critérios dos pareceres da Capes; a incorporação do conceito de Custo Aluno-Qualidade (CAQ) aos estudos do INEP; a consulta pública fraudulenta do “Future-se”; o atraso na implementação do Plano Nacional do Livro e da Leitura e as providências adotadas pelo MEC em relação a graves denúncias envolvendo a organização religiosa “Arautos do Evangelho”.

A bancada representou contra o Sr. Weintraub no Conselho de Ética da Presidência da República em duas oportunidades, para coibir o uso abusivo (ao arrepio de qualquer noção de decoro) das redes sociais por parte dessa autoridade e para questionar a nomeação de uma ex-advogada de conglomerado do setor educacional para função de regulação do ensino superior no MEC. Também representou contra o chefe da Pasta na PGR, por veiculação de propaganda do ProUNI eivada de racismo.

O ano se encerra com a aprovação de uma Moção de Aplauso ao professor Paulo Freire, ação de desagravo de iniciativa da bancada do PSOL, e que contou com o apoio da quase totalidade dos líderes.

3.9 CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O PSOL tem as Deputadas Luiza Erundina e Samia Bomfim como titulares da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática, e a Deputada Fernanda Melchionna como suplente. Foi um ano de embates, com o governo obstruindo qualquer iniciativa contrária a ideologia bolsonarista. Nossas deputadas se posicionaram travaram fortes embates, por meio, por exemplo, de moção de repúdio contra a censura na EBC, com relação à censura sobre notícias da morte de Marielle Franco e sobre o golpe de 64. Também houve moção de repúdio contra a extinção da Rádio MEC.

Apresentamos o PDL nº **675/2019** contra o Decreto 10.046/2019, que pretende fazer um cadastro com informações sensíveis dos cidadãos, que podem ser usadas para fins de controle social. Atualmente, aguarda votação na CTASP. O PSOL também apresentou o **PDL nº 111/2019**, que susta os efeitos da Portaria nº 216, de 09 de abril de 2019, assinada pelo Diretor-Presidente da Empresa Brasil de comunicação S.A (EBC), que formaliza a unificação da TV Brasil, principal canal público de televisão do país, com a emissora estatal NBR. Atualmente, está tramitando perante a CCTCI.

Foram feitos vários requerimentos de convocação do ministro da Ciência e Tecnologia. Houve a convocação do Ministro Marcos Pontes para explicar os grandes cortes orçamentários em Ciência e Tecnologia que atingiram bolsas de pesquisa do CNPQ. A pasta da C&T tem sofrido enormes cortes desde 2015. Para se ter noção da gravidade, o valor destinado em 2020, em termos reais (valor corrigido pela inflação), representa 48% da dotação de 2013, demonstrando o enorme descaso com a pasta. Nossas deputadas apresentaram emendas e participaram do acordo para garantir destinação de recursos do orçamento para pagamento de bolsas no próximo ano.

Foi aprovado na CCTCI o PL 4336/16, da Deputada Erundina, que dispõe sobre o direito de resposta ou retificação em defesa de grupos sociais sobre matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social.

3.10 CULTURA

O PSOL é representado pela Deputada Áurea Carolina e o Deputado David Miranda como titulares da CCULT.

A CCULT foi uma das comissões onde o embate foi mais intenso neste ano, visto que o governo focou em desconstruir toda a pasta de cultura, tanto por meio de corte orçamentários, quanto de controle ideológico, o que ensejou grande atuação na oposição na comissão, com PSOL, PT, PCdoB, PDT e PSB sempre atuando conjuntamente.

Foram aprovadas várias moções de repúdio a atos arbitrários do governo: contra a extinção do programa *Manos e Minas*, da TV Cultural de São Paulo; contra a desmonte do mestrado de excelência do Iphan; contra a propaganda racista do MEC, onde uma garota negra se tornava branca após estudar; contra a perseguição religiosa aos terreiros de candomblé; contra o discurso do presidente Jair Bolsonaro depreciando os povos indígenas na ONU.

Também aprovamos moção de louvor ao diretor Kleber Mendonça pelo prêmio recebido no Festival de Cannes pelo filme Bacurau. Mendonça tem sido hostilizado pelo governo por manifestar-se publicamente contra Bolsonaro.

Foram apresentados cinco importantes PDL's:

- **PDL 521/2019**, para anular os efeitos da Portaria 1.567, de 20 de agosto de 2019, que sustava por 180 dias o edital de seleção para séries de TVs públicas, usada pelo governo para censurar filmes LGBT e de diversidade sexual, que está na CCULT;
- **PDL 451/2019**, para sustar o Decreto nº 9.891, de 27 de junho de 2019, que que dispõe sobre o Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC, não só o reduzindo em seu tamanho e de forma a retirar-lhe praticamente todo o poder de constituição diversa e de mérito participativo real, e que está na CCJ após ser aprovado na CCULT;
- **PDL 735/2019**, ainda não despachado pela Mesa, para sustar os efeitos da Resolução CGSN nº 150, de 03 de dezembro de 2019, que altera a Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018, que dispõe sobre o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos

e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), prejudicando profissionais da Cultura;

- **PDL 702/2019**, que susta os efeitos do Decreto nº 10.107, de 06 de novembro de 2019, que transfere a Secretaria Especial de Cultura do Ministério da Cidadania ao Ministério do Turismo, que está com a deputada Benedita da Silva como relatora na CCULT;
- **PDL 700/2019**, que susta os efeitos do Decreto de 7 de Novembro de 2019 do Ministério da Cidadania que nomeia Roberto Rego Pinheiro para exercer o cargo de Secretário Especial da Cultura do Ministério da Cidadania. Ainda aguardando despacho.

Focamos em debates decisivos, pedindo e realizando audiências públicas para denunciar e debater a censura que se instala no país, inclusive indo ao STF expor a situação à Ministra Carmem Lúcia e enviando à ONU denúncia sobre a grave situação de censura no país; a extinção do Ministério da Cultura e suas consequências para área, com grande corte orçamentários, a começar pela retirada de recursos de fomento pela Petrobras (o valor projetado para 2020 representa 43% da dotação, em termos reais, de 2013); debatemos a situação do funk e do hip-hop; dos terreiros; do programa Cultura Viva; e da liberdade de expressão, com foco na censura à EBC, cujos dirigentes foram “convidados” a explicar o que está acontecendo na emissora à CCULT. Os ministros Osmar Terra e Álvaro Antônio, respectivamente da Cidadania e do Turismo, que passaram a abrigar a área de Cultura, foram questionados na Comissão pelos Deputados e Deputadas do PSOL, ao não conseguirem apresentar qualquer plano para desenvolvimento da cultura nacional.

Nossos deputados também acionaram o governo para responder à sociedade, por meio de requerimentos de informação, sobre a situação da Ancine, que se encontra desmontada; da exploração turística da cultura; e da censura à exposição que ocorreu no CCBB de Fortaleza, onde uma obra LGBT foi retirada.

3.11 AÇÕES JUDICIAIS E REPRESENTAÇÕES

O ano de 2019 foi de grandes desafios no campo jurídico. O novo governo abusou das medidas ilegais e inconstitucionais, sinalizando ainda mais o seu viés antidemocrático.

As declarações proferidas pelo Presidente da República e sua claqué foram respondidas pela equipe jurídica do PSOL na Câmara e pelo escritório do Partido, sobretudo com Representações em vários âmbitos, inclusive no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados. A reação contra as medidas regressivas do governo Bolsonaro passou pela proposição de medidas judiciais, representações e projetos de decreto legislativos para sustar tais medidas.

Segue um balanço de ações realizadas pelo jurídico da liderança do PSOL na câmara dos deputados.

- a) **MP 871 (pente-fino do INSS):** Institui o Programa Especial para Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade, o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade;

A bancada impetrou um MS no STF questionando a emendas que modificou o termo “gênero” pelo termo “sexo” na MP.

- b) **MP 873 (arrecadação sindical):** O Governo Bolsonaro editou a Medida Provisória 873/19 com o fito de dificultar a arrecadação e custeio da atividade sindical no país, modificando alguns artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), impossibilitando o desconto da contribuição sindical por meio do desconto em folha de pagamento, ainda que decidida em norma coletiva, assembleia-geral ou disposição em estatuto da categoria profissional.

A bancada articulou junto ao movimento sindical e ingressou como *amicus curiae* numa ADI ajuizada pela OAB.

I. Demais Ações Judiciais

- a) **Ação Popular** em conjunto com o PT contra ato do Ministro da Educação que enviou e-mail a todas as escolas públicas e particulares do País, constringendo os professores no sentido de que os alunos (crianças) sejam perfilados para cantar o hino nacional e que o momento seja gravado em vídeo e enviado para o Governo.
- b) **Ação Popular** em face do Sr. Ricardo Salles, Ministro do Meio Ambiente, pedindo o seu afastamento do cargo e também o retorno do Plano Nacional de Contingência (PNC).
- c) **Ação Popular** ajuizada em face da nomeação do Sr. Sergio Camargo na Fundação Palmares.
- d) **Mandado de Segurança** junto com o PT, PDT e PCdoB contra imposição de sigilo sobre dados e estudos acerca da reforma da previdência.
- e) **Mandado de Segurança** impetrado junto com o PT contra a decisão da presidência da câmara de negar o pedido de convocação de Sergio Moro na CLP.
- f) **Mandado de Segurança** impetrado junto com o PT, PDT, PSB e PCdoB contra a ausência de comprovação da estimativa de impacto orçamentário-financeiro da

renúncia fiscal logicamente decorrente da PEC n.º 06/2019 (e dos estudos que supostamente a embasaram), pela adoção do regime da capitalização privada de aposentadorias. Violação do art. 113 do ADCT da CF/88, que exige que a proposição legislativa já traga, consigo, tal estimativa (ônus da prova do Proponente da PEC).

- g) **Mandado de Segurança** impetrado, por violação ao processo legislativo, em face da Reforma da Previdência dos Militares.
- h) **Mandado de Segurança** no Supremo contra o acordo de Alcântara.
- i) **Notícia-crime** no STF em face da declaração do Deputado Eduardo Bolsonaro acerca do AI-5.
- j) **Notícia-crime** no STF em face da declaração do Presidente da República sobre a destruição de provas no caso do porteiro de seu condomínio, em citação que o envolvia no Caso Marielle, conjuntamente com o PT, PDT e PCdoB.

II. REPRESENTAÇÕES

1.1 Representações na PGR

- a) Caso Queiroz;
- b) Caso das candidaturas laranjas no PSL de Pernambuco – Luciano Bivar;
- c) Contra a Ministra Damares no caso da não autorização de custeio para visita do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura aos presídios do Ceará;
- d) Em conjunto com o PT contra o ex-Ministro da Educação Ricardo Velez que enviou e-mail a todas as escolas públicas e particulares do País, constringendo os professores no sentido de que os alunos (crianças) sejam perfilados para cantar o hino nacional e que o momento seja gravado em vídeo e enviado para o Governo;
- e) Contra o Presidente que determinou que o Ministério da Defesa fizesse comemoração pelos 55 anos do Golpe Militar.
- f) Contra o contingenciamento na educação pelo Ministro da Educação Weintraub;
- g) Contra a nota publicada no site do MEC que afirmava “que nenhuma instituição de ensino pública tem prerrogativa legal para incentivar movimentos político-partidários e promover a participação de alunos em manifestações”;
- h) Contra publicações nas redes sociais do MEC acerca de racismo institucional nas propagandas do ENEM;

- i) Junto ao PT, PDT, PSB, PCdoB e Rede acerca das ameaças de Moro contra Glenn (sigilo da fonte e coaf);
- j) Contra as emendas destinadas à aprovação da Reforma da Previdência;
- k) Em conjunto com o PT contra as fake News envolvendo Marcelo Freixo, Jean Wyllys, David Miranda e Glenn;
- l) Contra a indicação de Eduardo Bolsonaro para embaixador do Brasil nos EUA;
- m) Contra decreto que substitui quatro membros da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos;
- n) Contra as declarações proferidas pelo Presidente da República acerca de edital publicado pelo Banco do Brasil que assistia filmes com a temáticas LGBT;
- o) Contra a utilização da Força Nacional na Esplanada durante a Marcha das Mulheres Indígenas e a Marcha das Margaridas;
- p) Contra as 19 exonerações na Funarte pelo Ministro da Cidadania, o Sr. Osmar Terra;
- q) Contra a censura na EBC à imagem de Marielle;
- r) Contra Moro ter informado a Bolsonaro sobre o andamento processo do Laranjal do PSL mineiro quando o mesmo corre em segredo de justiça;
- s) Em razão do Delegado Waldir ter declarado que iria “implodir o Presidente” e a fábrica de Fake News do governo;
- t) Em face do Deputado Coronel Tadeu ter quebrado a charge de Lattuf acerca do genocídio da população negra;
- u) Contra Paulo Guedes ter relativizado o AI-5;
- v) Contra a indicação do novo Presidente da Biblioteca Nacional.

1.2 Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

- a) Contra o Ministro do Turismo, o Sr. Marcelo Álvaro Antônio, no caso do laranjal do PSL mineiro (aguardando apenas o Ministro retornar para câmara);
- b) Defesa na Representação do PSL em face do Deputado Glauber Braga;
- c) Representação em face do Deputado Eduardo Bolsonaro (PSL/SP) acerca da sua declaração sobre uma possível volta do AI-5.

1.3 Demais representações

- a) Contra Dallagnol no CNMP;
- b) Contra o a indicação do filho de Mourão no cargo de chefia no Banco do Brasil, na Comissão de Ética da Presidência da República;
- c) Contra Bolsonaro e o Presidente do Banco do Brasil, no caso do patrocínio do BB a ida do presidente para um suposto prêmio nos EUA, na Comissão de Ética da Presidência da República;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade

- d) Representação no MP/MG contra a destruição dos tapetes em homenagem a Marielle por parte da Guarda Civil Municipal de Ouro Preto;
- e) Representação no TCU, em conjunto com outros parlamentares, inclusive do “Centrão”, contra a propagando governamental sobre o Pacote Moro;
- f) Representação no TCU contra o contingenciamento do fundo de recursos previdenciários;
- g) Representação em face da forma que o Ministro da Educação, o Sr. Abraham, Weintraub, utiliza suas redes sociais, na Comissão de Ética da Presidência da República;
- h) Representação em face da indicação para o SERES de uma renomada advogada de conglomerados educacionais privados, na Comissão de Ética da Presidência da República;
- i) Representação contra a mudança da Secretaria Especial de Cultura do Ministério da Cidadania para o Ministério do Turismo, no Ministério Pública Federal de Minas Gerais.